

O autoconsumo na agricultura familiar: o caso de Lajeado do Bugre - RS

Subsistence farming: the case of Lajeado do Bugre – RS

João Leite

joao.leite@uffs.edu.br

Doutor pela Universidade de Wageningen.

Adisson de Sá Censi

adissoncensi@gmail.com

Eng. Agrônomo pela Universidade Federal da Fronteira Sul

Recebido em: 06/07/2021
Aprovado em: 12/05/2022

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural (UFV)

ISSN 2359-5116 | V. 10 | N.2 | JUL.-DEZ. 2021

RESUMO

Este estudo demonstra a contribuição do autoconsumo na composição da renda agrícola familiar e discute as principais características associadas ao seu desenvolvimento. A pesquisa foi realizada com dezesseis famílias da agricultura familiar e três agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER) do município de Lajeado do Bugre, região Noroeste do Rio Grande do Sul. Os resultados indicam que as famílias com autoconsumo têm acesso a uma grande diversidade de alimentos (169 produtos no total), saudáveis (p. ex. frutas, hortaliças e plantas medicinais) e seguros (livres de agrotóxicos), contribuindo para sua segurança alimentar e econômica. No entanto, a renda per capita (agrícola e não agrícola) das famílias com autoconsumo é inferior às famílias sem autoconsumo. Algumas diferenças importantes no grupo sem autoconsumo incluem a idade (mais jovens) e a combinação de atividades agrícolas (voltadas ao mercado) e não agrícolas (em muitos casos a mulher trabalha na cidade).

Palavras-Chave: Segurança alimentar; Renda agrícola; Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This study demonstrates the contribution of subsistence farming in the composition of family agricultural income and discusses the main characteristics associated with its development. In this research, sixteen family farms and three extension agents from the municipality of Lajeado do Bugre, in the Northwest region of Rio Grande do Sul were interviewed. The results indicate that families with subsistence farming have access to a wide variety (169 products) of healthy (e.g. fruits, vegetables and medicinal plants) and safe (free from pesticides) foods, contributing to their food security and economic sustainability. However, per capita income (agricultural and non-agricultural) of households with subsistence farming is lower than households without subsistence farming. Some important differences in the group without subsistence farming group is age (younger farmers) and the combination of agricultural (market oriented) and non-agricultural activities (in many cases, women related labour in urban settings).

Keywords: Food security; Agricultural income; Rural development.

Introdução

O interesse na agricultura como estratégia de desenvolvimento econômico teve altos e baixos ao longo do tempo (BYERLEE; DE JANVRY; SADOULET, 2009). Conquanto, com a virada do século muitos estudos têm reconhecido a importância da agricultura como um setor negligenciado da economia. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, por exemplo, reconhecem a importância de se combater a pobreza e a fome em zonas rurais e periferias urbanas, onde a vasta maioria dos necessitados vivem, trabalham e produzem seu sustento (WIGGINS; KIRSTEN; LLAMBÍ, 2010).

Com dados de diferentes regiões do mundo, o Banco Mundial demonstrou que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) originário da agricultura é, pelo menos, duas vezes mais eficaz na redução da pobreza do que o crescimento do PIB originado fora dela. Na China, por exemplo, estima-se que o crescimento agregado da agricultura tenha sido 3,5 vezes mais eficaz na redução da pobreza (WORLD BANK, 2007). O mesmo relatório, além de outros estudos (HLPE, 2013; MCINTYRE *et al.*, 2009; SILVA, 2015), também reconhece a agricultura familiar como parte fundamental à solução dos problemas causados pela fome em todo mundo. De acordo com Graeub *et al.* (2016), a agricultura familiar responde por 98% (ou 475 milhões) dos estabelecimentos agrícolas, 53% da área produtiva e, pelo menos, 53% da produção mundial de alimento.

Tradicionalmente denominado produção para a “subsistência”, o autoconsumo refere-se a toda produção realizada pela família, cujos produtos são destinados ao seu próprio consumo. Diz respeito a produção de alimentos como, hortaliças, frutas, plantas medicinais, carne, leite, ovos, a fabricação de ferramentas e a produção de insumos para o processo produtivo (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).

Segundo Dorigon e Renk (2013), no contexto da colonização, o autoconsumo, por muitas vezes, foi considerado como a atividade agrícola de menor importância dentro das propriedades e, embora não tivesse orientação mercadológica, seu excedente era normalmente comercializado. Os responsáveis pela sua realização eram principalmente as mulheres, filhos e idosos, visto que os homens dedicavam seu tempo com atividades, consideradas mais rentáveis, como a produção de suínos e grãos.

Segundo Grisa *et al.* (2010), há um relativo enfraquecimento do autoconsumo nos últimos anos. Os autores apontam a “invisibilidade” da atividade nos estudos rurais e nas políticas públicas, como o principal motivo. Fato esse que refletiu em um déficit na geração de conhecimento e desenvolvimento de novas tecnologias, o que no contexto

da modernização rural, trouxe ao autoconsumo, a ideia de uma atividade ultrapassada, relacionada a sua baixa tecnificação, demanda de mão de obra e dificuldades de produção.

Para Menasche *et al.* (2008), outros motivos associados a esse enfraquecimento estão relacionados à redução do tamanho das famílias, o envelhecimento da população rural, consequências do êxodo rural dos jovens e o aumento da produção de *commodities* em escala. Visto que, nesses casos, a utilização da pouca mão de obra disponível, fica dedicada a produção com orientação mercadológica, o que provocou mudanças nos hábitos alimentares da população rural.

Apesar dos estudos mais recentes (DORIGON *et al.*, 2020), a disponibilidade de informações científicas sobre o autoconsumo ainda é escassa. Particularmente, quanto a geração de renda, assim como características socioeconômicas e agroecológicas que possam afetar sua produção. Segundo Grisa *et al.* (2010), esse relativo desconhecimento, fragiliza programas de desenvolvimento rural, políticas públicas e atividades de extensão voltadas a promoção da agricultura familiar e, principalmente, redução da pobreza no ambiente rural. Desta forma, o principal objetivo deste estudo é quantificar a contribuição do autoconsumo na composição da renda agrícola familiar no município de Lajeado do Bugre-RS e identificar as principais características associadas ao seu desenvolvimento.

Além desta introdução, o trabalho contém três seções principais. A metodologia para coleta de dados e quantificação do autoconsumo, resultados e discussões sobre a importância no autoconsumo para renda da agricultura familiar em Lajeado do Bugre e as considerações finais do estudo.

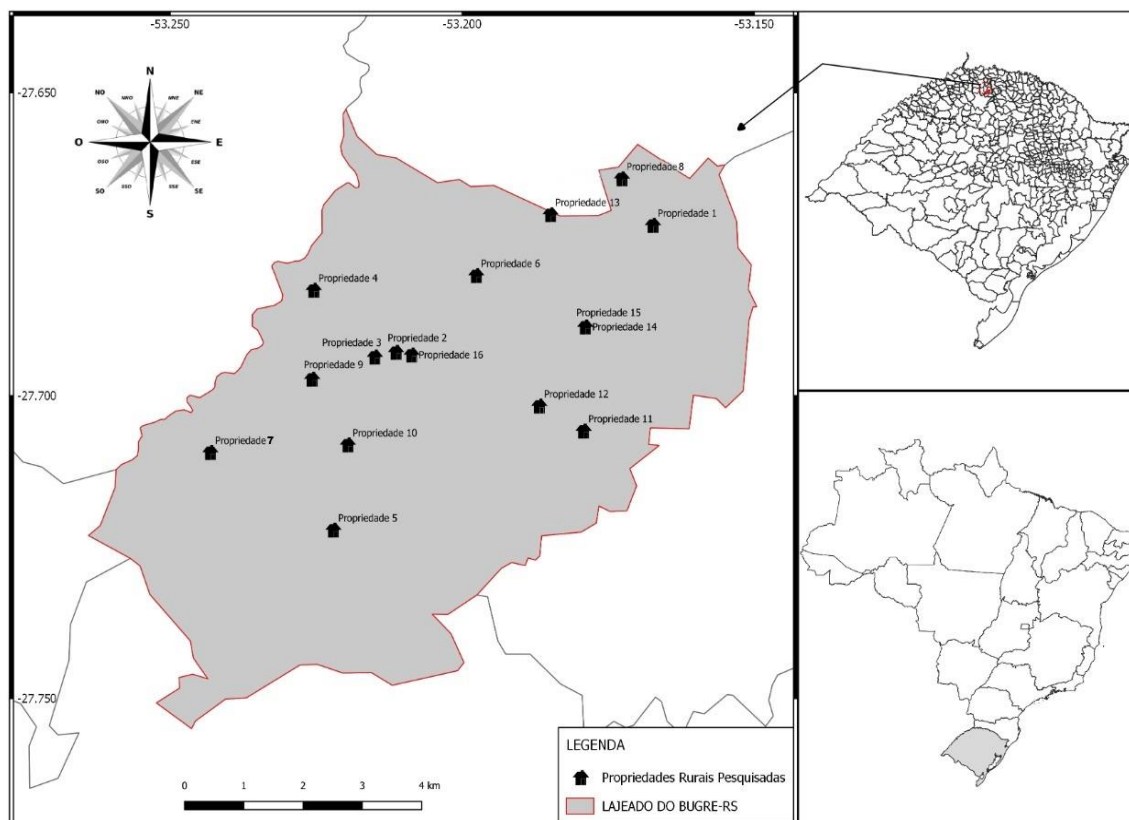
Metodologia

Coleta e análise de dados

A pesquisa foi realizada em 16 unidades de produção agrícola familiar (UPA's) e três técnicos de assistência técnica e extensão rural (ATER) da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS- ASCAR), do município de Lajeado do Bugre, região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, durante o primeiro semestre de 2019. A seleção das UPA's foi realizada com o apoio dos agentes de ATER entrevistados. Os critérios utilizados na escolha foram: i) representatividade dos sistemas de produção agrícola

(atividades comuns na região de estudo); ii) identificação de sistemas de produção com e sem atividades de autoconsumo e; iii) distribuição geográfica (UPA's não concentradas, localizadas em diferentes regiões do município; Figura 1).

Figura 1 – Localização do município e das UPA's.



Fonte: Autor, 2019. Programa QIGS, Desktop. Versão 3.8.0.

A coleta dos dados foi realizada com o auxílio de questionários semiestruturados, aplicados durante as visitas nas UPA's, e no escritório municipal da EMATER.

O estudo foi dividido em três partes: i) entrevista com agricultores que têm produção de autoconsumo relativamente alta quanto a diversidade e quantidade de produtos (com autoconsumo; $n=8$); ii) entrevista com agricultores com produção para o autoconsumo relativamente baixa ou inexistente (sem autoconsumo, $n=8$) e; iii) entrevista com os agentes de ATER ($n=3$).

A metodologia utilizada, assim como os questionários semiestruturados, foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Federal da Fronteira Sul

(CEP-UFFS), e aprovados no ano de 2019, através do parecer consubstanciado do CEP, número 3.336.360 (CAAE: 11523419.8.0000.5564).

Na análise dos dados coletados, optou-se pela metodologia quantitativa conjugada com a qualitativa. Nesse sentido, foi realizada a análise descritiva dos dados e teste de médias t de Student (para amostras independentes), com nível de significância de $p < 0,05$, por meio do software Microsoft Office Excel 14.0. A normalidade dos dados, para o teste de hipóteses, foi avaliada de acordo com os testes de normalidade Shapiro-Wik e d'Agostino-Pearson implementados no Microsoft Office Excel através do suplemento Real Statistics Resouce Pack 7.2.

Quantificação do autoconsumo

Segundo Grisa, Gazolla e Schneider (2010), uma das primeiras dificuldades ao estudar o autoconsumo situa-se em como mensurar esta produção. O presente estudo considera o autoconsumo na sua forma alimentar familiar, ou seja, a parte da produção animal, vegetal e transformação caseira produzida pela família e consumida por esta. Adiciona-se a essa pesquisa, duas atividades a serem contabilizadas: 1º) as plantas medicinais, a exemplo da pesquisa de Garcia Filho (1999) e; 2º) a produção extrativista de lenha, seguindo a metodologia proposta por Maluf (2003).

Os alimentos consumidos pela família, também foram discriminados não só quanto à sua origem (animal e vegetal), mas também classificados em: hortaliças, frutas, processados, medicinais, temperos, grãos, sementes (pinhão), fibra vegetal, colmo e lenho. Este levantamento ocorreu através do questionário que considerou a quantidade consumida mensal e anual.

Outro ponto utilizado para o levantamento da produção, considera como produção total de autoconsumo a quantidade consumida pela família, a doada (LEITE, 2004) e por fim, a trocada com vizinhos. As quantidades consumidas, doadas e trocadas, durante o ano e mensalmente, de cada produto, foram informados pelas famílias durante as entrevistas.

A última questão é referente ao cálculo utilizado para mensurar o autoconsumo, ou seja, situa-se em que valor atribuir a estes alimentos. De acordo com Grisa, Gazolla e Schneider (2010), entre os estudos brasileiros, a metodologia mais assídua é a utilizada por Garcia Filho (1999), que considera os preços ao consumidor, ou seja, valor que teriam, caso tivessem de ser comprados no mercado local. Ainda segundo Garcia Filho (1999), é somente com base no preço de mercado que as unidades familiares conseguem

calcular se é compensador produzirem ou não para o autoconsumo (i.e., custo de oportunidade da produção para o autoconsumo).

Desta forma, para o cálculo da renda bruta autoconsumo, fez-se uma pesquisa no varejo local (supermercados do município de Lajeado do Bugre) para estimar quanto a família gastaria se deixasse de produzir na UPA e adquirisse os produtos no comércio local. Para os produtos não encontrados, como guabiju, ariticum, cereja nativa, araçá, pitanga, utilizou-se a metodologia sugerida por Anjos e Schneider (2003), na qual, mensurou-se o preço de venda dos produtos conforme relato do próprio produtor, ou seja, por quanto ele venderia determinado produto.

Para estimar o consumo intermediário (mais informações na seção 3.3) foram considerados os custos de produção informados pelos agricultores. No entanto, estas informações não estavam sempre disponíveis, p. ex. no cultivo do feijão e do milho. Nestes casos foram utilizados dados de custos estimados para a safra de 2017/2018 pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2018), ambos para produção em sequeiro e média tecnologia no estado do Rio Grande do Sul.

Renda agrícola

Embora considerado por Grisa, Gazolla e Schneider (2010), como muito difícil mensurar a renda agrícola (RA) do autoconsumo (segundo eles o que se faz neste tipo de pesquisa é estimar apenas o produto bruto - PB). Este estudo levantou dados que tornaram possível calcular a renda agrícola da atividade, isto é, a renda final após subtrair os fatores de produção.

Para tanto, o cálculo da renda agrícola teve como referência o ano de 2018, sendo utilizado o modelo do Valor Agregado (como em LUCCA; DA SILVA, 2012). As informações necessárias para o cálculo incluem: produto bruto (PB); consumo intermediário (CI); distribuição do valor agregado (DVA); e a depreciação das instalações e equipamentos (D) (Equação 1).

$$\text{Equação 1: } RA = PB - CI - D - DVA$$

O levantamento do produto bruto (PB), se deu pela coleta de dados sobre a quantidade consumida pela família, multiplicado pelo seu respectivo preço de mercado (LUCCA; DA SILVA, 2012).

O consumo intermediário (CI) representa o valor dos insumos e serviços destinados ao processo de produção, sendo eles sementes, fertilizantes, combustíveis, medicamentos, entre outros, consumidos durante o ciclo de produção. O CI geralmente representa um dos componentes mais importantes à gestão (LUCCA; DA SILVA, 2012).

A distribuição do valor agregado (DVA) corresponde às despesas quanto ao pagamento de juros a bancos, salários com a contratação de mão de obra, custos com arrendamentos de terras e impostos e taxas pagos ao estado.

Mão de obra

A demanda de mão de obra para cada atividade de autoconsumo foi quantificada em horas de trabalho homem (HTH) e dias de trabalho homem (DTH) a partir das informações disponibilizadas pelos agricultores durante as entrevistas.

A disponibilidade de mão de obra foi calculada de acordo com os critérios descritos por Lima *et al.* (1995), que levam em conta a idade das pessoas aptas a trabalhar. Nesta etapa foram consideradas jornadas de trabalho de oito horas diárias, 26 dias úteis por mês e 11 meses de trabalho ao ano. Também foram descontados períodos dedicados às atividades não agrícolas (p. ex. estudo e trabalho urbano).

Resultados e discussão

UPA's com autoconsumo

A produção para o autoconsumo apresentou grande diversidade. No total são 169 produtos diferentes, divididos nos seguintes grupos: frutas (47), hortaliças¹ (39), medicinais (35), produtos de origem animais (13), processados e embutidos (13), temperos (12), grãos (05), fibras vegetais (02), colmo, semente e lenha (01).

A média de produtos por família foi de 69,4. A família 6 teve a maior diversidade contabilizada, com um total de 86 produtos, já a família 4 teve a menor diversidade totalizando 55 produtos (Tabela 1).

Tabela 1 – Quantidade produzida (kg) para o autoconsumo e número de produtos

¹ A definição de hortaliça seguiu a definição da Resolução RDC nº 272 da Agência de Nacional de Vigilância Sanitária. A qual considera como hortaliça a planta herbácea da qual uma ou mais partes são utilizadas como alimento na sua forma natural, compreendendo as frutas, raízes, tubérculos, rizomas, caules, folhas, flores, frutos e sementes (BRASIL, 2005).

produzidos (diversidade) por família.

UPA's	Quantidade produzida para o autoconsumo(kg/família)							Nº de produtos
	Frutas	Hortaliças	Animal	Processados	Grãos	Lenha	Outros*	
Família 1	469	296	448	54	156	4800	28	57
Família 2	581	491	426	15	60	3000	25	76
Família 3	619	265	685	48	0	3000	17	73
Família 4	654	91	826	62	88	3600	17	55
Família 5	913	193	725	37	120	3600	57	58
Família 6	1255	472	398	39	177	3602	25	86
Família 7	493	569	794	86	216	3604	31	80
Família 8	723	426	807	118	96	3604	26	70

*Soma da produção de plantas medicinais, fibras vegetais e colmo, semente e lenha.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados indicam não haver correlação entre diversidade e quantidade total produzida. Ou seja, o aumento da diversidade não promove necessariamente o aumento da produção para autoconsumo. Por exemplo a Família 6, que apresentou maior diversidade de produtos (86; ver Tabela 1), totalizou 5.967 kg de produtos produzidos. Enquanto a Família 1, com uma diversidade 57 produtos (Tabela 1) totalizou 6.250 kg de produtos produzidos no mesmo período. Para o caso estudado, no entanto, o consumo de lenha tem grande impactos sobre a produção total para autoconsumo.

A quantidade e diversidade produzida contribuem para uma oferta estável de alimentos e energia (i.e., lenha) ao longo do ano e em acordo com as diretrizes do Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome da CELAC (Estados Caribenhos e Latino-Americano; FAO, 2013) até 2025.

Adicionalmente, parte significativa dos produtos produzidos são destinados à familiares que habitam em áreas urbanas, o que se evidencia na fala de uma entrevistada:

Aqui a gente produz tudo pensando mais nas nossas crianças do que em nós, se não, o que eles ganham lá não dá pra nada. Vai feijão, carne, ovos, verduras... mandamos de tudo. E batata e mandioca então! Nem se fala, é o que mais levam. (Agricultora, 62 anos)

Outro aspecto importante está na segurança e qualidade nutricional dos alimentos. Dos 175 produtos, 153 (87%), são produzidos sem a utilização de agrotóxicos e adubação sintética. Semelhante aos resultados encontrados por Grisa, Gazolla, Schneider (2010), Menasche (2003) e Canci, Alves e Guadagnin (2010).

A produção de autoconsumo é considerada pelas famílias como geradora da segurança alimentar, por conter uma qualidade superior a dos alimentos comprados, como se nota:

São os mais saudáveis que existe, os do mercado a gente não sabe de onde vem (Agricultor, 42 anos)

É importante ressaltar que 100% das famílias estudadas (com e sem autoconsumo) e os extensionistas do município reconhecem tais produtos como alimentos saudáveis, que promovem a valorização cultural e são capazes de gerar renda para famílias de pequenas propriedades.

Segundo Silva e Coelho (2014), a dieta do brasileiro é caracterizada pela baixa ingestão de alimentos saudáveis, uma vez que o consumo de frutas e hortaliças corresponde a apenas um quarto do sugerido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) e pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2007), que recomendam o consumo individual de, pelo menos, cinco porções (no mínimo 400g) de hortaliças sem amido e de frutas variadas todos os dias.

Neste estudo, o consumo *per capita* de hortaliças e frutas foi de 624,15 gramas/dia², portanto, acima do mínimo recomendado, o que destaca a importância do autoconsumo na promoção da saúde familiar, particularmente quanto à prevenção das doenças crônicas não transmissíveis (obesidade, câncer, diabetes, hipertensão arterial, acidentes cerebrovasculares, osteoporose etc.) (INCA, 2007).

Além disso, a atividade fortalece interações sociais com vizinhos e familiares, o que diminui o isolamento das famílias e amplia sua segurança alimentar, a partir do capital social construído a cada interação.

Ano retrasado ganhamos sementes de abóbora do vizinho, deu uma abóbora que uma pessoa sozinha não erguia, até chamamos ele pra ver. Nós aqui levamos conserva de pepino, figo, verdura... pra eles e pros outros vizinhos. É porque um ano que não produz aqui eles produz lá e assim vai (Agricultora, 63 anos).

Relações como essa alimentam a sociabilidade e reciprocidade contribuindo para a coesão da estrutura social e o fortalecimento da identidade social dos agricultores (GRISA 2007).

Similarmente, os resultados encontrados por Dorigon e Renk (2013) e Dorigon *et al.* (2020) reforçam a importância da mulher para o autoconsumo, assumindo papel

² Considerados para o cálculo: Frutas, hortaliças folhosas (incluindo temperos), e alguns tubérculos e raízes, excluindo-se as classificadas como amiláceas (mandioca e batata doce), segundo Leonel (2015).

protagonista em 33% das UPA's visitadas. Destaque para produção de hortaliças, temperos e plantas medicinais.

A renda agrícola média anual é de R\$ 10.006,02, o que corresponde a uma renda mensal de R\$ 833,83 por família, se aproximando a um salário-mínimo (Tabela 2).

Tabela 1 – Estatística descritiva para os componentes da renda do autoconsumo segundo dados das famílias entrevistadas ($n = 8$).

Variável	Média (R\$)	Desvio Padrão (R\$)	Coefficiente de Variação (%)
Produto bruto	12.392,48	2.399,67	19
Consumo intermediário	1.774,31	487,01	27
Depreciação	614,48	212,20	35
DVA	0,00	0,00	0
RA anual	10.006,02	1.912,67	19
RA mensal	833,83	159,39	19

Nota: DVA – Distribuição do valor agregado; RA – Renda agrícola.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados assemelham-se aos de Gazolla (2004), que estimou o valor do autoconsumo em R\$ 2.904,40 por ano ou R\$ 242,03 por mês por família, o que equivalente a um salário-mínimo federal para o ano de 2004. Cabe ressaltar que Gazolla estimou apenas o produto bruto do autoconsumo e não a renda agrícola. Já no trabalho de Leite (2004), a renda anual familiar foi de R\$ 1.078,72 e de R\$ 89,89 por mês.

Os principais itens na composição da renda média, são os de produtos de origem animal (37,9%; p. ex. carne, ovos, leite, mel), hortaliças (24,7%), frutas (12,5%) e lenha (9,2%). Destaque para os produtos com alto valor agregado, que embora sejam produzidos em quantidades relativamente pequenas tem importante contribuição para geração de renda familiar (OLIVEIRA *et al.*, 1999).

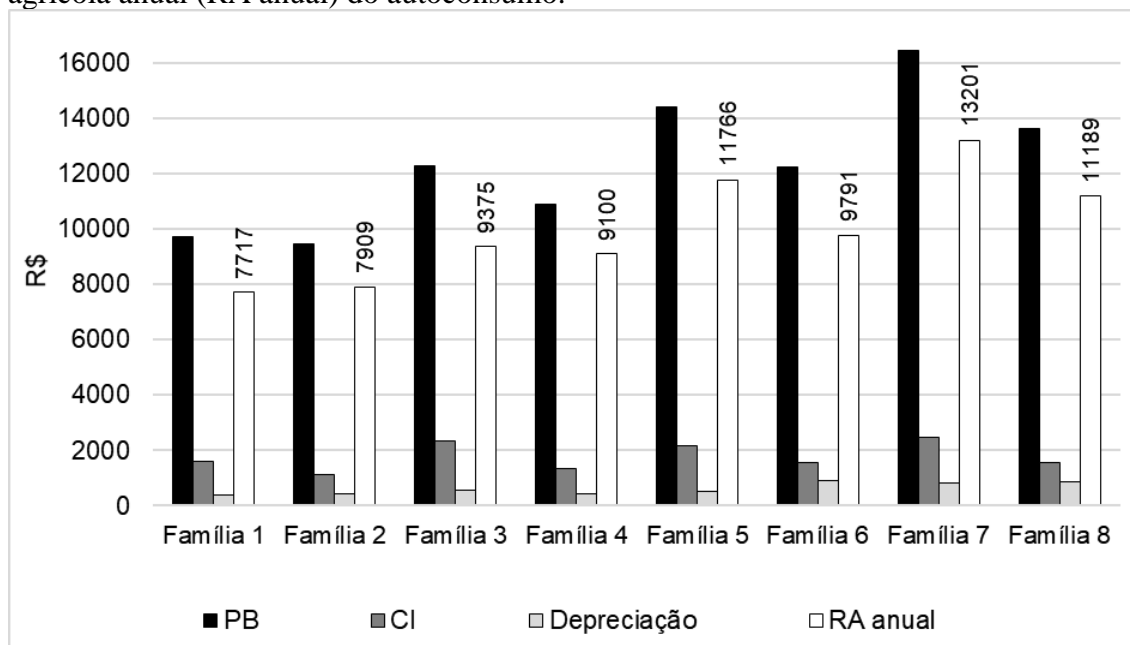
A renda agrícola, e seus componentes, quando analisada de forma desagregada apresenta ampla variação entre as famílias estudadas (Figura 1). A variação pode ser explicada pelas diferenças sociais, idade, número de dependentes e disponibilidade de mão de obra familiar. Adicionalmente, a atividade de autoconsumo não pode ser analisada somente pelo viés econômico. Segundo Chayanov (1981), isso se deve ao fato de os agricultores organizarem seu trabalho e produção, não apenas com a finalidade de obter lucro, mas, sobretudo, de atender as demandas alimentares e o bem-estar de sua família.

Produzimos o que nós gostamos de comer, a carne de porco por exemplo, sai caro, mas o gosto é diferente. Meu marido se deixar

come carne de porco todo dia, (Agricultora, 63 anos).

A gente pode produzir o que quer, só faz bem pra saúde (Agricultor, 61 anos).

Figura 1 – Produto bruto (PB), consumo intermediário (CI), depreciação (D) e renda agrícola anual (RA anual) do autoconsumo.



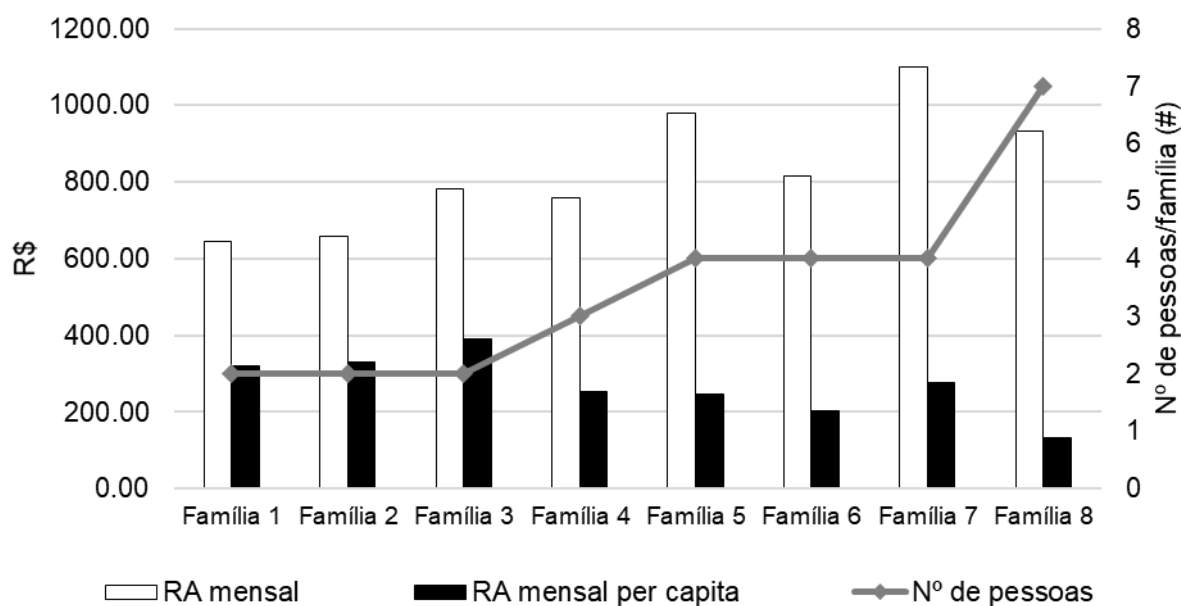
Nota: O DVA não está incluso, pois seu valor é zero.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando a média de 3,5 pessoas por família, a renda per capita foi de R\$ 238,24 ou 25% do salário-mínimo nacional, o que é similar ao estudo de Gazolla (2004). O Gráfico 5 faz uma comparação entre RA mensal de autoconsumo e RA *per capita* de autoconsumo.

A Figura 2 indica que a renda agrícola total do autoconsumo é diretamente proporcional ao tamanho da família (nº pessoas/família), ou seja, famílias maiores tendem ter maior renda do autoconsumo. No entanto, quando consideramos a renda per capita do autoconsumo a relação é inversa. Famílias maiores têm renda *per capita* de autoconsumo menor (Figura 2).

Figura 2 – Renda agrícola (RA) mensal total e per capita do autoconsumo.



Nota: RA – Renda agrícola.
Fonte: Elaborado pelos autores.

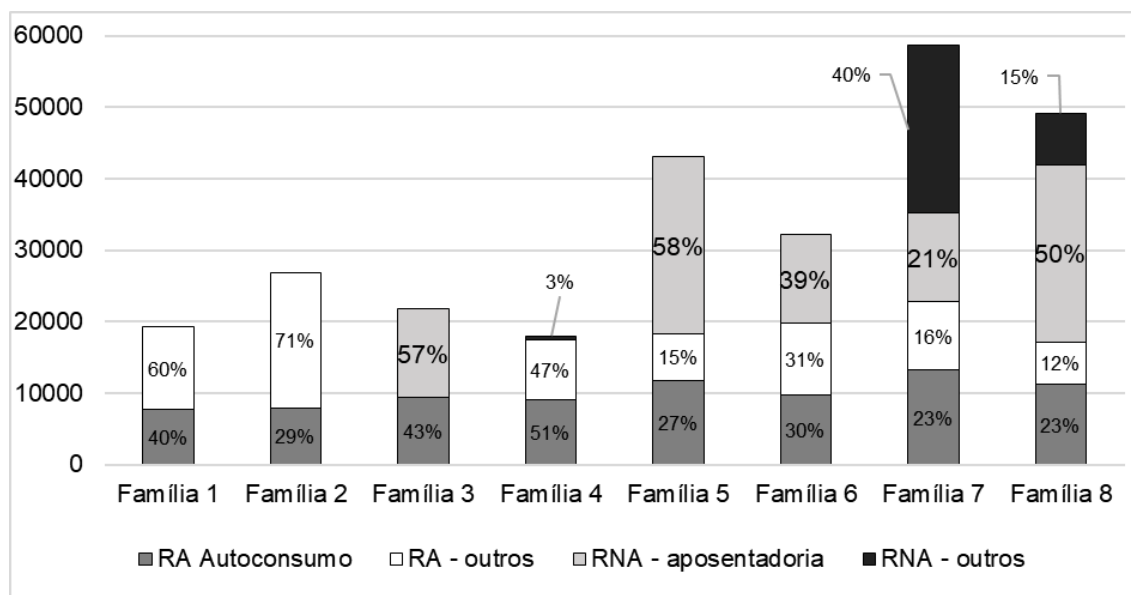
A contribuição média do autoconsumo, na renda agrícola e na renda total da família foram respectivamente 57% e 33%. Em média, o autoconsumo é mais importante do que atividades agrícolas voltadas ao mercado. Esses dados, se mostraram superiores aos valores médios da população amostrada por Grisa (2007), que demonstram uma contribuição do PB do autoconsumo sobre a renda agrícola e total, em média de 28,88% e 27,24%, respectivamente. Cabe lembrar que neste estudo, foram escolhidas UPA's que mantinham uma alta produção, diferindo do trabalho de Grisa, que não realizou essa distinção.

O autoconsumo, em 6 das 8 das famílias, representa mais de 50% da renda agrícola familiar, chegando a 100, no caso da família 3 (ver depoimento abaixo).

Aqui a gente não vende nada, daí se não produzir pro gasto o aposento não da pra nada (Agricultora, 63 anos).

A RA de autoconsumo foi menor que as demais rendas agrícolas apenas nos casos em que as famílias não possuíam rendas não agrícolas (p. ex. Famílias 1 e 2) ou seja, toda renda familiar vem da agricultura (Figura 3).

Figura 3 – Participação do autoconsumo na renda agrícola familiar.



Nota: RA – Renda agrícola; RNA – Renda Não Agrícola.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto a mão de obra, a disponibilidade média em dias de trabalho homem (DTH's) é de 656,5. A demanda média para as atividades de autoconsumo é de 262,30 DTH, o que gera um saldo de 394,2 DTH's para realizar outras atividades, além de usufruir de folgas e feriados. A remuneração média por DTH foi de R\$ 38,10, sendo a produção animal a mais laboriosa e, ao mesmo tempo, a mais rentável.

UPA's sem autoconsumo

Entre as famílias sem autoconsumo, observou-se que o desinteresse com a atividade geralmente está associado a ausência da mulher na UPA. Das oito famílias entrevistadas, em quatro as mulheres trabalham na cidade, sendo que uma delas também estuda. Três famílias são constituídas apenas pai e filhos e, em apenas uma família, a mulher está presente na UPA, sendo ela viúva e aposentada. Esse fato ajuda a explicar a ausência do autoconsumo, uma vez que segundo Dorigon e Renk (2013); Menasche, Marques e Zanetti (2008), são as mulheres as maiores responsáveis pelo desenvolvimento da atividade.

O fato de as mulheres não participarem da produção de autoconsumo, faz com que as propriedades abandonem a atividade, pois culturalmente a figura feminina é remetida aos serviços denominados do “lar”, o que entre outras, inclui a produção de autoconsumo vistas como “atividades invisíveis” (BRUMER, 2004), ou seja, às atividades que não trazem dinheiro vivo ao bolso do agricultor no final de cada mês ou

safra. Quando esses serviços não fazem mais parte da rotina da mulher eles ficam esquecidos e deixados de lado.

A maior dificuldade encontrada pelas famílias sem autoconsumo é a baixa disponibilidade de mão de obra, situação relatada em 100% das entrevistas. Segundo os agricultores, esse motivo foi crucial ao abandono ou diminuição da produção de autoconsumo. A mão de obra disponível é integralmente utilizada em atividades como bovinocultura de leite ou produção de grãos, pois as consideram como de maior importância econômica para a família.

Na maioria das famílias que as mulheres trabalham fora, o retorno financeiro da atividade é equivalente a um salário-mínimo nacional por mês (R\$1.000,00). Em um dos casos, essa renda é menor, porém, ela prefere trabalhar fora, ter o seu próprio dinheiro e ajudar com as despesas da casa. Muitas vezes, a motivação está na busca por reconhecimento. Assim, ela deixa de ser a pessoa “sem renda” e passa a ajudar nas despesas da casa. Outro ponto, tido por elas como de igual importância, é em ter o seu próprio dinheiro (autonomia), sendo para muitas uma conquista “não depender do dinheiro do marido”.

Ressalta-se ainda, que em um dos casos, ambos, homem e mulher, trabalham fora, pois, segundo ele, o emprego traz estabilidade e segurança a família:

Eu produzia gado de corte, plantava feijão e miho pra venda e umas coisas pro gasto, mas cada vez sobrava menos e como temos pouca terra, surgiram os problemas financeiros e aos poucos fui parando com tudo, tive que achar outro serviço pra sustentar a família e hoje arrendamos a terra. Eu e a mulher não temos tempo, ficamos o dia fora, ainda temos as crianças pequenas para cuidar no tempo que sobra. Pra nós é mais viável ficar no serviço, mesmo que não sobre tempo pra produzir pro gasto, pois a renda é melhor, temos férias e 13° (Agricultor, 36 anos).

Quando questionados sobre ser mais viável comprar ou produzir, alguns relatos chamam a atenção, como é o caso desse agricultor que produz leite:

No tempo que eu tenho ½ ha de mandioca plantado, eu tenho ali duas vacas que no meu caso, me dá menos serviço e traz um retorno econômico melhor. Outro exemplo, eu compro um saco de feijão de 40 kg no ano, dá e sobra, daí eu te pergunto, e pra produzir esses 40 kg? Não é fácil né!? (Agricultor, 34 anos).

Outra limitação encontrada foram problemas de saúde. Conforme relato de uma entrevistada.

É mais viável produzir do que comprar. Antigamente eu produzia de

tudo, criei meus 5 filhos sozinha plantando mandioca, batata-doce, verduras, vaca de leite, buscava lenha no mato, o que dava vendia. Hoje produzo bem pouco, tenho medo de machucar meus braços. Daí se não tem, tem que comprar (Agricultora, 62 anos).

Duas famílias com média de idade relativamente baixa (mais informações na próxima seção), afirmaram que frequentemente buscam alguns produtos à sua alimentação na casa dos pais, os quais, mantêm a atividade de autoconsumo contribuindo com a segurança alimentar dos filhos.

Adicionalmente, as famílias desconhecem qualquer tipo de auxílio, programa ou incentivo governamental que estimule a produção de autoconsumo, a não ser os técnicos de ATER, que segundo algumas famílias, sempre estão estimulando as famílias a produzir.

UPA's com autoconsumo forte vis-à-vis sem autoconsumo

Existe uma forte correlação entre a idade das pessoas que trabalham nas UPA's e a atividade de autoconsumo. Ou seja, nas famílias com autoconsumo as pessoas aptas a trabalhar têm idade média superior aquelas sem autoconsumo (Tabela 3). Tal diferença pode estar associada ao perfil do grupo mais velho (com autoconsumo), que tende a ser mais avesso a atividades de risco (muitos são aposentados), além dos aspectos culturais/tradicionais associados ao papel da mulher na UPA.

Tabela 2 – Teste *t de Student* ($\alpha = 5\%$), para variáveis socioeconômicas das famílias entrevistadas (com e sem autoconsumo; $n = 16$) e da atividade de autoconsumo.

Variável	Sem autoconsumo		Com autoconsumo		Valor p*
	Média	DP	Média	DP	
Idade das pessoas que desempenham atividades na UPA	30,7	18,7	46,6	17,7	0,0089
Renda <i>per capita</i> sem autoconsumo (R\$)	1595,3	794,7	565,8	219,2	0,0077
Renda <i>per capita</i> com autoconsumo (R\$)	1595,3	794,7	837,9	251,5	0,0331
Número de pessoas/família	2,5	1,4	3,5	1,7	0,2200
Gasto <i>per capita</i> mensal no supermercado (R\$)	298,1	137,7	97,0	34,2	0,0039
Superfície agrícola útil (ha)	12,4	19,8	5,2	4,6	0,3440
Penosidade (0 a 10)	7,4	2,4	7,4	3,1	1,0000
Atratividade econômica da agricultura (0 a 10)	5,0	2,7	5,6	1,3	0,5653
Possibilidades de sucessão familiar (0 a 100%)	90,0	17,7	58,6	43,0	0,1087
Nível tecnológico empregado no autoconsumo (0 a 10)	3,1	2,0	3,5	1,7	0,6881

Nota: DP - Desvio padrão; *p >0,05, ausência de diferença estatística a 5% de probabilidade.

Fonte: Elaborado pelos autores

A renda *per capita* média foi inferior para as famílias com autoconsumo (Tabela 3). Ou seja, mesmo ocorrendo uma diminuição da diferença de renda entre os grupos após o autoconsumo, as famílias que mantêm a atividade, ainda assim, permaneceram mais pobres. O autoconsumo neste caso, não foi suficiente para elevar a renda per capita das famílias com autoconsumo aquelas sem autoconsumo.

O número de pessoas por família não apresentou diferença significativa entre os grupos (Tabela 3). Ou seja, a presença do autoconsumo não teve relação com o tamanho das famílias.

No entanto, as famílias com autoconsumo apresentaram maior autonomia (independência) alimentar, com despesas em supermercado amplamente inferiores às famílias sem autoconsumo (Tabela 3). Ao comparar as populações, evidencia-se uma diminuição de 67,5% das despesas de supermercado das famílias com autoconsumo para as famílias sem autoconsumo. Grisa (2009) constatou que as UPA's deixam de gastar 38,34% da renda total anual com a aquisição de alimentos nos mercados.

Segundo Guimarães (2006), o item alimentação é o que mais contribui para alta no custo de vida, principalmente para a população de baixa renda. Isso indica a grande importância dos alimentos na composição dos gastos familiares, os quais pesam mais para aquelas famílias mais pobres (CANCI; ALVES; GUADAGNIN, 2010).

A superfície agrícola útil (SAU) não apresentou diferença estatística entre os grupos, ou seja, para esse estudo, o tamanho da propriedade não está relacionado com o (des)interesse no autoconsumo (Tabela 3). Ainda, segundo os agentes de ATER, a relação entre SAU e autoconsumo parece ser inexistente em todo município.

A percepção das famílias sobre a penosidade da produção para autoconsumo é a mesma (Tabela 3). As famílias com ou sem autoconsumo consideram a atividade relativamente penosa, atribuindo nota 7,4, de uma escala de 0-10, sendo 10 extremamente penoso (trabalho pesado) e 0 extremamente fácil (trabalho leve).

As famílias estudadas percebem a atratividade econômica das atividades agrícolas de forma similar (Tabela 3). Independente da produção para o autoconsumo, as famílias consideram a agricultura uma atividade com atratividade econômica modestamente positiva (notas entre 5,0 e 5,6), numa escala de 0-10, sendo 10 extremamente positiva e 0 extremamente negativa. Segundo Ferrari *et al.* (2005), a baixa atratividade econômica afeta negativamente os esforços voltados ao estímulo e valorização de atividades no espaço rural.

De modo geral, as famílias não implementam controle de custos e receitas (37%), principalmente no grupo com autoconsumo no qual apenas 25% das famílias afirmaram realizar anotações. O dado é preocupante, uma vez que sem controle a família perde informações importantes para tomada de decisões e planejamento da UPA, podendo isso contribuir com a insatisfação econômica com a agricultura.

O autoconsumo não se mostrou suficiente para aumentar as possibilidades de sucessão familiar (Tabela 3). Apesar de não existir diferenças estatísticas entre os grupos, as famílias sem autoconsumo apresentam média superior (90% contra 58% no grupo com autoconsumo). Tal diferença pode ser parcialmente explicada pelas maiores rendas agrícolas entre as famílias sem autoconsumo. As famílias com autoconsumo são mais pobres. E a baixa renda pode funcionar como um incentivo a saída dos jovens do campo, muitas vezes encorajados pelos pais. Adicionalmente, os jovens são atraídos pela oportunidade de independência financeira e o acesso a bens como telefonia, internet e lazer, frequentemente associados aos ambientes urbanos (CENCI; DEGENERONE, 2016).

As famílias em ambos os grupos também consideram o autoconsumo uma atividade de baixo nível tecnológico (nota inferior a 5). Isso demonstra o atraso e o esquecimento do autoconsumo quando comparado com outras atividades agrícolas. Dado que condiz com o descrito por Grisa, Gazolla, Schneider (2010), que

denominaram a atividade como “invisível” no âmbito dos estudos rurais e das políticas públicas brasileiras.

Considerações finais

O autoconsumo é uma importante alternativa à geração de renda na agricultura familiar, principalmente pela sua capacidade de reduzir despesas familiares com alimentação (\approx R\$10.000 por família/ano). Também garante condições de segurança alimentar, devido a sua grande diversidade e distribuição produtiva ao longo do ano, o que assegura a disponibilidade de alimentos seguros (na maioria livre de agrotóxicos) e nutricionalmente ricos.

No entanto, as famílias com autoconsumo são relativamente mais velhas e apresentam renda agrícola inferior do que aquelas sem autoconsumo. Na medida em que a intensidade das atividades agrícolas tradicionais diminui, o que é comum com o envelhecimento dos gestores da UPA, o autoconsumo ganha espaço por ser menos intensivo em capital, apresentar menos riscos e adaptar-se facilmente as características agroclimáticas e socioeconômicas da UPA. Portanto, a produção para o autoconsumo não parece representar um *trade-off* com as atividades agrícolas voltadas ao mercado, mas complementar.

O autoconsumo também contribui para construção de capital social, servindo como instrumento para o fortalecimento das relações sociais entre vizinhos e familiares, além da manutenção e fortalecimento da cultura e tradições locais.

Os resultados também identificaram a importância da mulher na produção de alimentos para o autoconsumo, em muitos casos as atividades são desenvolvidas exclusivamente por elas e, nos demais, ela trabalha de maneira equivalente ao homem. Por outro lado, entre as famílias sem autoconsumo a mulher raramente está presente na UPA (p. ex. trabalho urbano).

Finalmente, desenvolver pesquisas e encontrar meios à reprodução e o fortalecimento do autoconsumo, mesmo em propriedades que atualmente não desenvolvem a atividade, pode ser uma estratégia pertinente aos agentes de extensão, pesquisadores e aos formuladores de políticas públicas. Sua adaptabilidade e a baixa necessidade de investimento tornam esta atividade uma alternativa para geração de renda, principalmente quando as atividades agrícolas tradicionais perdem espaço na UPA e, conseqüentemente, comprometem a renda familiar.

Referências bibliográficas

- ANJOS, F. S. dos; SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade (AFDLP). Relatório Final-Projeto de pesquisa CNPq-UFPel (PPGA)/UFRGS (PGDR)**. Pelotas: [s. n.], 2003.
- BRASIL. Resolução RDC nº 272 de 22 de setembro de 2005. Aprova o regulamento técnico para produtos de vegetais, produtos de frutas e cogumelos comestíveis. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2005. .
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, no. 1, p. 205–227, 2004.
- BYERLEE, D.; DE JANVRY, A.; SADOULET, E. Agriculture for Development: Toward a New Paradigm. **Annual Review of Resource Economics**, vol. 1, no. 1, p. 15–31, 10 Oct. 2009. DOI 10.1146/annurev.resource.050708.144239. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.resource.050708.144239> Acesso em: 13 mai. 2019.
- CANCI, A.; ALVES, A. C.; GUADAGNIN, C. A. Kit diversidade: estratégias para a segurança alimentar e valorização das sementes locais. São Miguel do Oeste, , p. 208, 2010.
- CENCI, D.; DEGGERONE, Z. A. Caminhos e condições para sucessão na agricultura familiar. **Jovens na agricultura familiar: gestão e inovação para a sustentabilidade**. Curitiba: CRV, , p. 95–101, 2016. .
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, p. 133–163, 1981.
- CONAB. Custos de produção. 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/custos-de-producao>. Acesso em: 08 mar. 2019
- DORIGON, Clovis; NESI, C. N.; TONEZER, C.; HAAG, A. L. A produção de alimentos para o autoconsumo na região oeste do Estado de Santa Catarina. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, vol. 25, p. 2060–2085, 2020. .
- DORIGON, Clóvis; RENK, A. **Juventude rural, produtos coloniais e pluriatividade**. Chapecó: Argos, 2013.
- FAO. Food security statistics. Food and Agriculture Organization. Rome. 2013. Disponível em: <https://www.fao.org/food-agriculture-statistics/statistical-domains/food-security-and-nutrition/en/> Acesso em: 19 abr. 2019.
- FERRARI, D. L.; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M.; SILVESTRO, M. L. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas, São Paulo**, vol. 35, no. 1, p. 22–36, 2005. .
- FILHO, D. P. G. Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários. **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO**, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3CF9F6Y> Acesso em: 24 mai. 2019.
- GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. UFRGS, 2004.
- GRAEUB, B. E.; CHAPPELL, M. J.; WITTMAN, H.; LEDERMANN, S.; KERR, R. B.; GEMMILL-HERREN, B. The State of Family Farms in the World. **World**

Development, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.012>
Acesso em: 25 mai. 2019.

GRISA, C. **A produção "pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2007. .

GRISA, C. A produção para autoconsumo na agricultura familiar: uma análise a partir da teoria da sociedade de risco. **Varia Scientia**, vol. 8, no. 14, p. 171–200, 2009. .

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, vol. 16, no. 31, p. 65–79, 2010. .

GUIMARÃES, N. A. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**, , p. 171–198, 2006. .

HLPE. **Investing in smallholder agriculture for food security. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security**. Rome: FAO, 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i2953e.pdf>
Acesso em: 21 abr. 2019.

LEITE, S. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**, São Paulo: Hucitec, , p. 123–181, 2004. .

LIMA, A. P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A. C. dos; MÜLLER, A. G. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Unijuí, 1995.

LUCCA, E. J.; DA SILVA, A. L. L. Análise e diagnóstico de uma unidade de produção agrícola familiar. **Revista de Administração IMED**, vol. 2, no. 3, p. 172–184, 2012. .

MALUF, R. **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2003.

MCINTYRE, B. D.; HERREN, H. R.; WAKHUNGU, J.; WATSON, R. T. **International assessment of agricultural knowledge, science and technology for development (IAASTD): Global Report**. Washington D.C.: McGraw-Hill, 2009. Disponível em: <https://www.weltagrabericht.de/fileadmin/files/weltagrabericht/IAASTDBerichte/GlobalReport.pdf> Acesso em: 12 mai. 2019.

MENASCHE, R. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul**. 2003. 279 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3647/000402890.pdf?sequence=1>
Acesso em: 24 abr 2019.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, vol. 21, p. 145s-158s, 2008. .

OLIVEIRA, J. A. V. De; SCHMIDT, W.; TURNES, V.; SCHMIDT, V. D. B.; GUZZATTI, T.; MACIEL, S. V.; VOIGT, L. **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina**. [S. l.]: CEPAGRO Florianópolis, 1999.

SILVA, J. G. da. **The family farming revolution.** An opinion article by FAO-Director General José Graziano da Silva. Food and Agriculture Organisation: Rome, Italy, 2015. Disponível em: <https://www.fao.org/director-general/former-dg/da-silva/my-articles/detail/en/c/212364/> Acesso em: 25 mar. 2019.

SILVA, M. M. da C.; COELHO, A. B. Demanda por frutas e hortaliças no Brasil: uma análise da influência dos hábitos de vida, localização e composição domiciliar. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 44, no. 3, p. 545–578, 2014. .

WIGGINS, S.; KIRSTEN, J.; LLAMBÍ, L. The Future of Small Farms. **World Development**, vol. 38, no. 10, p. 1341–1348, 2010. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X1000104X> Acesso em: 05 abr. 2019.

WORLD BANK. **World Development Report 2008: Agriculture for Development.** [S. l.]: The World Bank, 2007. DOI doi:10.1596/978-0-8213-6807-7. Disponível em: <https://doi.org/10.1596/978-0-8213-6807-7> Acesso em: 07 jun. 2019.